Projeto de Lei n° 1707, de 2020

Iniciativa: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Ementa:

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos por meio da complementação da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Explicação da Ementa:

Determina à União a prestação de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios como compensação da perda de arrecadação de ICMS e IPTU motivada pela Pandemia do Covid-19.

Assunto: Organização do Estado - Organização Federativa

Data de Leitura: 08/04/2020

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada

Último local: 11/05/2023 - Secretaria de Atas e Diários

Destino: Ao arquivo

Último estado: 12/05/2023 - PREJUDICADA

TRAMITAÇÃO

12/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PREJUDICADA

Ação: A Presidência declara prejudicado, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno, o Projeto.
A matéria vai ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 462-474 - DSF nº 72

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

08/04/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação no DSF de 16/04/2020.

Publicado no DSF Páginas 316-321 - DSF nº 32

08/04/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº1, em 08/04/2020.

Projeto de Lei n° 1707, de 2020

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

PL 1707/2020

Data: 08/04/2020

Autor: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos por meio da complementação da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Avulso inicial da matéria

Data: 08/04/2020

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação no DSF de 16/04/2020.

Descrição/Ementa: -

Correspondência Eletrônica

Data: 08/04/2020

Autor: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação no DSF de 16/04/2020.

Descrição/Ementa: -